

REFORMA AGRÁRIA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA ANÁLISE DE 25 ANOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Land reform and land concentration: an analysis of 25 years of land reform in Brazil

Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Doutor em Economia pela Unicamp e professor do Departamento de Economia e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (FCL/UNESP), sebaneto@fclar.unesp.br

Renato Ribeiro Fleury

Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (FCL/UNESP), renato.fleury@hotmail.com

Resumo: O presente artigo pretende discutir a evolução da concentração fundiária e os resultados distributivos das políticas agrárias no Brasil, incluindo nesta discussão os planos de reforma agrária implantados após a redemocratização do Brasil. Para isso, o estudo resgatou os principais pontos da política modernizadora compreendida aproximadamente entre 1960 a 1985, bem como seus efeitos sobre a estrutura fundiária, visto que nesse intervalo de tempo houve transformações estruturais na agricultura brasileira, quando um novo padrão rural foi instaurado, principalmente por meio das políticas agrícolas e agrárias instrumentalizadas pelo Estado. A modernização agropecuária foi a outra face do processo denominado por Celso Furtado de “acaparação de terras”. Partindo dessa contextualização, analisam-se as políticas e os resultados obtidos pelas intervenções fundiárias oriundas dos governos democráticos nacionais pós-1985, estendendo a análise até o ano de 2010. Ao se constatar uma concentração fundiária ainda alta a despeito dos processos distributivos de terras, de acordo com o último Censo Agropecuário divulgado pelo IBGE no ano de 2006, o artigo argumenta acerca das razões explicativas para esse estado de coisas.

Palavras-chave: Agroindustrialização; expansionismo fundiário; estrutura fundiária; assentamentos; reforma agrária.

Abstract: This article discusses the evolution of land concentration and the distributional results of agricultural policies in Brazil, including in this discussion the plans of agrarian reform implemented after the re-democratization of Brazil. For this, the study rescued the main points of modernizing policy between approximately 1960-1985 and its effects on land structure, since in this period of time there were structural changes in the Brazilian agriculture, when a new rural pattern was established, mainly through agricultural and agrarian policies instrumentalized by the state. From this context, the policies are analyzed and the results obtained by land interventions coming from the post-1985 democratic national governments, extending the analysis to 2010. When it appears even high land concentration through distributional processes of land, according with the last agricultural census released by the IBGE in 2006, the article argues about the explanatory reasons for this state of affairs.

Keywords: agroindustrialization; land expanding; settlements; land structure; land reforms.

1 Introdução

A concentrada estrutura fundiária do Brasil é um dos traços estruturais da nossa economia mais característico, duradouro e que atravessou os séculos incólume, praticamente indiferente às lutas e aos embates políticos pela democratização da terra (MARTINS, 1983). Ela resistiu também a várias intervenções governamentais que buscaram, se não uma redistribuição massiva da terra, pelo menos a regulação do seu acesso e uso (REYDON, 2007).

Na segunda metade dos anos 1980, a bandeira em defesa de uma ampla Reforma Agrária mobilizou amplos segmentos da sociedade brasileira e a quase totalidade dos seus membros mais progressistas. O contexto da redemocratização política do Brasil, que ainda transitava para um regime democrático tutelado, certamente galvanizou o empunhar dessa bandeira, mas foi a longa luta política pela democratização do acesso à terra feita pelos trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra que teve o papel fundamental na incorporação pelos governos democráticos da Reforma Agrária como política de Estado.

O passo inicial disso aconteceu em 1985, quando o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) anunciou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Com metas ambiciosas de assentamento de 7,1 milhões de trabalhadores rurais em 15 anos, o I PNRA prometia reverter séculos de exclusão social que impedia o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente para sua sustentabilidade econômica, além de oferecer um caminho de desenvolvimento rural com o protagonismo dos agricultores familiares.

As vicissitudes do I PNRA serão comentadas, assim como as iniciativas de Reforma Agrária dos governos que lhe sucederam. Deve-se esclarecer que desde o I PNRA e por sucessivos e distintos governos, a Reforma Agrária passou a compor o leque de políticas estatais voltadas para a agricultura. Mais ou menos pródiga em termos de distribuição conforme o governo ou a conjuntura, ainda que sujeita a vários tipos de crítica, o fato é que, entre 1985 e 2010, mais de 77 milhões de hectares de terra (AUED, 1991 apud GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.119; INCRA, 2014 apud DIEESE, 2011, p.157; NERA, 1999) foram distribuídos

para mais de 2,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais (INCRA, 2014) em assentamentos de Reforma Agrária.

Era de se esperar que o ritmo de mais de dois milhões e meio de hectares de terra distribuídos por ano por meio da Reforma Agrária tivesse algum impacto positivo sobre a concentração da posse da terra no Brasil, fazendo-a diminuir. No entanto, os indicadores disponíveis sobre a concentração fundiária no Brasil (HOFFMANN; NEY, 2010) mostram um quadro aparentemente paradoxal, afinal a concentração fundiária manteve-se nos mesmos patamares históricos.

Esse fato não é trivial, e entendê-lo se torna um desafio instigante. Ao abraçá-lo, evitou-se o caminho das explicações majoritárias: de que a concentração fundiária permanece devido ao pequeno volume de terras distribuído por meio dos programas de Reforma Agrária, ou de que a ausência de regulação fundiária, ao permitir a expansão da fronteira agrícola, neutraliza os efeitos distributivos. Em seu lugar, preferimos explorar outras possibilidades explicativas, sem descartar o peso das anteriores, que chamam a atenção para a importância dos efeitos de defasagem das políticas de Reforma Agrária sobre a concentração fundiária.

Sendo assim, este artigo teve a finalidade de investigar os motivos pelos quais o grau de concentração fundiária permanece elevado no Brasil, apesar dos recentes processos de distribuição de terra no território brasileiro. O período a ser estudado está delimitado entre os anos de 1985 e 2010 por duas razões: 1) compreende uma sucessão de governos democráticos que tiveram que lidar com a questão fundiária e com os movimentos sociais e políticos a ela associados; 2) permite discutir os resultados de um período longo pela mediação dos eventos de conjuntura de relevância significativa; 3) seria um período razoável para produzir efeitos sobre a estrutura fundiária brasileira.

Material e métodos

A pesquisa apresentada nesse artigo utilizou-se basicamente de pesquisa documental, fundada em dados secundários disponibilizados por entidades públicas e organizações não governamentais. Mais especificamente, os dados que nele foram utilizados vieram do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – área dos estabelecimentos rurais; índice de Gini fundiário - do Insti-

tuto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – número de famílias assentadas e área dos assentamentos rurais - do Cadastro de Imóveis Rurais – área dos imóveis rurais – e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), bem como do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Os dados selecionados, organizados e interpretados receberam tratamento analítico proveniente de várias fontes autorais, especialmente de analistas reconhecidos como estudiosos da questão agrária no Brasil, entre os quais, mas não exclusivamente, Graziano da Silva (1998), Hoffmann e Ney (2010) e Leite (1999).

2 O Novo Padrão Rural e o consequente impacto no uso da terra (1960-1985)

A agricultura brasileira, a partir de meados da década de 1960, passou por transformações que foram muito rápidas e bastante profundas. A modernização trazida ao setor agrícola impôs a introdução de técnicas e processos oriundos da “Revolução Verde”, cujo núcleo foi a inovação mecânica e química. Essa mudança ocorrida no processo de produção agrícola “representou uma verdadeira ruptura” na maneira de operar da agricultura brasileira, uma vez que quanto mais a atividade agrícola se articulava com a atividade industrial, mais se intensificava a divisão social do trabalho e menor era seu grau de autonomia. O setor agrícola passava a ter um maior grau de integração e dependência com outros setores da economia, principalmente a indústria.

Somente depois que a industrialização internalizou o setor produtor de máquinas e equipamentos, é que se iniciou o processo de industrialização da agricultura. Esse processo teve início na década de 60 e se completou cerca de vinte e cinco anos depois. A industrialização significou a implantação de um departamento produtor de meios de produção para a agricultura, libertando a dinâmica modernizante desta do jugo da capacidade de importar. Foram instaladas nesse período fábricas de tratores e máquinas agrícolas, indústrias de adubos, fertilizantes e defensivos, indústrias de sementes e outras fabricações do gênero que aprofundaram a dependência da agricultura de insumos de origem industrial. Por sua vez, desenvolveu-se

na outra ponta um conjunto de empresas que processavam e transformavam o produto agrícola em produtos de consumo industrializados, como eram os casos das usinas de açúcar, de sucos, de frigoríficos e abatedouros etc. Desse modo, a agricultura propriamente dita (as atividades por trás da porteira), reduziu-se a uma atividade demandante de insumos industriais e fornecedora de produtos que funcionam como insumos para as indústrias processadoras. Ela ficou “sandwichada” entre dois segmentos industriais que lhe dão a dinâmica. Surgiam assim os complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA; KAGEYAMA, 1996).

De acordo com Delgado (1985), a emergência dos complexos e sua soldagem com outros segmentos produtivos não foi obra espontânea promovida pelo mercado. Ao contrário, no regime pós-64, a visão dominante de desenvolvimento agrário presente no Estado promoveu o setor patronal por meio de extensa e profunda intervenção pública (SORJ, 1980). O principal instrumento, bastante enfatizado em toda a literatura sobre o tema, como o estudo realizado por Araújo (1983), foi o crédito agrícola (tanto de investimento quanto de custeio).

Disponível até 1985 com fartura e altamente subsidiado, ele serviu de meio para impulsionar a integração produtiva que se materializou nos complexos. Ele financiou a compra de insumos e máquinas produzidas no setor de bens de capital pela agricultura, assim como os recursos de giro necessários à compra dos insumos industriais utilizados na agricultura moderna. Como também ressalva a literatura, o crédito agrícola foi seletivo, orientando-se para as grandes propriedades, as lavouras modernas e para as regiões mais desenvolvidas do Sul-Sudeste (ARAÚJO, 1983; DELGADO, 1985).

Sendo assim, foi profundamente discriminante contra os pequenos produtores tradicionais das regiões mais pobres. Além do crédito, a pesquisa agrônômica estruturou-se como bem público através da criação de uma rede de instituições de pesquisa e extensão, capitaneada pela Embrapa. Obviamente, a orientação dada às pesquisas e às práticas extensionistas orientou-se em favor das tecnologias da “revolução verde”, altamente incorporadora de insumos industriais. As inovações tecnológicas da Embrapa permitiram, em meados dos anos 70, a incorporação de vasta área de cerrados à atividade agrícola, além de fazer aumentar a produtividade agrícola.

Esse modelo de desenvolvimento agrícola, com ênfase na agricultura patronal, acelerou os processos de diferenciação e decomposição da agricultura camponesa, privando de terra adequada aos novos requisitos técnicos uma imensidão de ex-produtores rurais. A pobreza rural, como corolário, elevou-se no campo. A par disso, ampliaram-se as relações de produção assalariadas (permanentes e temporárias), fazendo emergir um nada desprezível proletariado rural.

O avanço do capitalismo no campo não poderia ter deixado de provocar tensões e conflitos. Em determinadas regiões rurais, a relação conflituosa entre camponeses e proprietários de terras acentuou-se. Segundo Martins (1983), isso deveu à recusa do pequeno agricultor de abdicar-se de seu trabalho familiar e inserir-se no modo de produção capitalista no campo. A despeito dessa resistência, era comum que posseiros e suas famílias fossem expulsos das terras nas quais viviam (MARTINE, 1984).

Durante a fase de modernização pela qual passou a agricultura brasileira, a posse e uso da terra se tornou um requisito essencial para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Tendo em vista que grandes empresas internacionais precisavam ser atraídas para consolidar a constituição dos complexos agroindustriais, grupos estrangeiros se propuseram a se instalar no País dada a alta rentabilidade proporcionada pela modernização. O estado brasileiro pós-1964 “abriu as portas” para que empresas estrangeiras, antes de tudo, obtivessem facilidades na concessão de terras, para daí lançarem-se como agentes da modernização e industrialização da agricultura (MEDEIROS, 2003). Neste momento, em meados da década de 1960, tinha início um ciclo de expansão fundiária que avançou pelo menos até o ano de 1985, quando seria proposto o I Plano Nacional de Reforma Agrária.

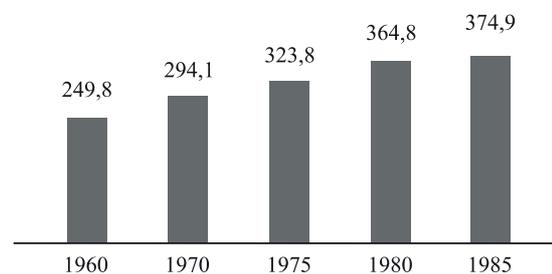
A política de terras que veio a ser implementada pelo governo militar nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964 implicava suprimir qualquer tipo de restrição que antes onerava e penalizava os detentores de imóveis rurais improdutivos e de vastas dimensões, como era o caso do módulo *latifúndios por extensão*, de acordo com o Estatuto da Terra. Estes latifúndios, à revelia do que previa o Estatuto, foram não apenas poupados, mas passaram a receber incentivos governamentais para

que se modernizassem, incorporando o avanço tecnológico do pacote da “Revolução Verde” (MEDEIROS, 2003).

Segundo Medeiros (2003, p. 26), a transformação em curso da agropecuária brasileira requeria “condições favoráveis para que essa forma de propriedade (latifúndio por dimensão) se viabilizasse nas regiões de fronteira agrícola, por meio da concessão de terras públicas”. Medeiros (2003) salienta que grandes corporações das áreas industrial e financeira, atraídas pelos incentivos fiscais, compraram terras ou obtiveram concessões relacionadas ao seu uso e posse.

A dimensão pela qual se propagou o expansionismo de terras agriculturáveis ditado pelo Novo Padrão Rural brasileiro foi de grande proporção e não se limitou ao capital estrangeiro. Analisando os resultados dos censos agropecuários referentes aos anos de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985 observa-se que durante esses anos, o avanço fundiário cresceu constantemente, conforme se evidencia no gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da área total (em milhões de hectares) dos estabelecimentos agropecuários – Brasil – 1960 a 1985



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Apud Gasques; Bastos; Bacchi; Valdes (2010, p.22). Elaboração própria.

Os censos agropecuários, conforme evidencia o gráfico 1, indicaram o crescimento da área total dos estabelecimentos rurais (em hectares) em 1970 (comparado ao ano de 1960); 1975; 1980 e 1985; que subiram de volume para 294.145.466; 323.896.082; 364.854.421 e 374.924.929, respectivamente. No total, em vinte e cinco anos – de 1960 até 1985, registrou-se um aumento no estoque de terras nos estabelecimentos rurais de 125.062.787 hectares. Esses valores permitem afirmar que a dimensão e amplitude do processo de apropriação fundiária do Novo Padrão Rural ajusta-se bem ao

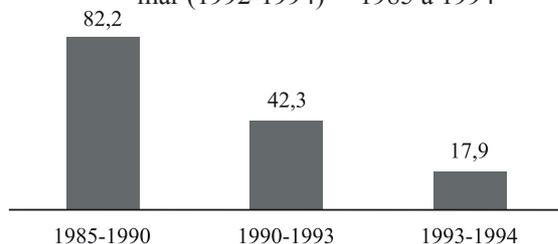
fenômeno caracterizado por Furtado (1972) como de “acaparação de terras”¹.

De fato, a modernização parece, num primeiro momento, ter impulsionado o expansionismo fundiário, alargando as fronteiras agrícolas. Embora a produtividade agropecuária tenha aumentado, o crescimento do produto agropecuário se fez fundamentalmente por meio da área plantada. É por essa razão que no decênio 1970-1980 incorporou-se mais de 65 milhões de hectares ao estoque de terras dos estabelecimentos rurais, montante muito superior do que os 44 milhões de hectares do decênio anterior (1960-1970).

3 Um balanço da Reforma Agrária no período democrático (1985-2010)

No ano de 1985, foi aprovado pela Presidência da República do Brasil, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), construído por meio de um grande debate nacional que integrou representantes de vários setores da sociedade que desejavam formular e oferecer propostas para contribuir com o governo no planejamento e materialização da reforma agrária (INCRA, 1985). Durante o início de sua execução e de acordo com os dados do Incra (2014), apresentados no gráfico 2, pode-se notar que o número de famílias assentadas atingiu o patamar de 82.896. Após o governo Sarney (1985-1990), o número de famílias assentadas diminuiu entre 1990 e 1993, e entre 1993 e 1994, nos governos dos presidentes Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994).

Gráfico 2 – Total do número de famílias assentadas (em mil) durante os governos Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994) – 1985 a 1994



Fonte: Incra (2014). Elaboração própria.

¹ Segundo Furtado (1972, p. 98), entende-se por acaparação de terras ao “processo pelo qual uma minoria consegue submeter a seus interesses comunidades camponesas, seja extraindo destas um excedente, seja proletarizando-as para uso fora da agricultura”. Ou seja, expropriando-lhes parte dos meios de produção, inclusive a terra.

Esse pífio desempenho está associado, certamente, ao esvaziamento do I PNRA no final da década de 1980; ao momento econômico conturbado produzido pelo Plano Collor e também por seu desdobramento político, que culminou com o impeachment do presidente Collor em 1992. Alçado à presidência na vacância do titular, Itamar Franco conduziu, no restante do mandato de que dispunha, um típico governo de transição.

Apesar disso tudo, entre o final da década de 1980 e o início do último decênio do século 20, a discussão da questão fundiária no Brasil voltou a ganhar relevância e era um tema que estava relacionado com o debate sobre reforma agrária. No ano de 1989, com a volta de eleições diretas para a Presidência da República, o debate agrário estava contido no programa de diversos partidos políticos, como recorda Leite (1999, p. 170):

No caso do Brasil, a temática agrária é uma questão recorrente. Quando já se dava como morta, digamos assim, ela renasce novamente nos anos 80 e, sobretudo, na década de 90; fazendo com que inclusive, os programas de diversos partidos políticos incorporassem o tema, pelo menos no nível do discurso. O que não significa, necessariamente, tratá-lo efetivamente, na prática.

No bojo do Plano Real, urdido ainda no final do governo Itamar Franco, e dos seus êxitos no combate à inflação, uma ampla coligação política elegeu, em 1994, Fernando Henrique Cardoso a presidente da República. No que diz respeito à reforma agrária, no primeiro governo FHC, houve pressão para implantar políticas de assentamentos, diante da pressão dos movimentos sociais ocasionadas pelos eventos ocorridos em Corumbiara, nos quais na madrugada do dia 9 de agosto:

A Polícia Militar de Rondônia invadiu um acampamento dos sem-terra no município de Corumbiara (RO). Ao arripio da lei – que só permite ações de reintegração de posse à luz do dia –, o confronto resultou em 11 mortos e numerosos feridos e desaparecidos. Nove trabalhadores rurais foram assassinados, alguns a queima roupa, outros pelas costas, barracos incendiados, corpos carbonizados (GOMES DA SILVA, 1997, p.90).

Além desse, outros eventos e desdobramentos dos movimentos sociais de luta pela terra foram importantes:

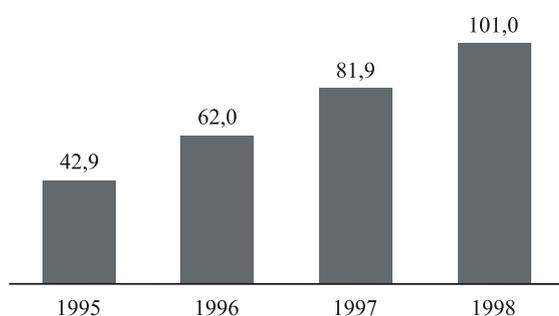
Os conflitos fundiários no Estado mais rico da Federação (São Paulo), a marcha do MST para Brasília (1997), o aumento dos conflitos e assassina-

tos no campo, entre outros motivos, recolocaram a demanda por reforma agrária na pauta nacional dos anos 1990. Somada às pressões internas, a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) forçou a criação do Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1996. O governo FHC deu início então a um conjunto de ações relacionadas à reforma agrária e aos conflitos no campo (MEDEIROS, 2003 apud SAUER, 2010, p.99).

Leite (1999) caracterizou as políticas de Reforma Agrária implementadas pelo recém criado Ministério Extraordinário de Política Fundiária, a partir de 1996, como reforma agrária orientada pelo mercado, porque a *política de assentamentos* estava ancorada no programa de crédito fundiário, via compra e venda de terras, e condicionada aos programas sociais tutelados pelo Banco Mundial. Se durante oito anos de governo FHC não se promoveu a desapropriação dos latifúndios em quantidades suficientes e não se regulamentou as terras distribuídas às famílias assentadas como se esperava, não há como afirmar que houve massiva reforma agrária (STÉDILE, 2011).

No primeiro governo FHC (gráfico 3), observa-se a continuidade da distribuição de assentamentos iniciado durante o governo Sarney (1985-1990), no qual verificou-se novamente um patamar próximo ao do ano de 1985, com 81.944 famílias assentadas no ano 1997, e subindo para 101.094 famílias no ano seguinte. Este primeiro mandato de FHC (1995-1998) podia ser apontado como o governo que mais havia assentado famílias sem terra na história do Brasil (FERNANDES, 2005).

Gráfico 3 – Número de famílias assentadas (em mil) – 1º Governo FHC – 1995 a 1998



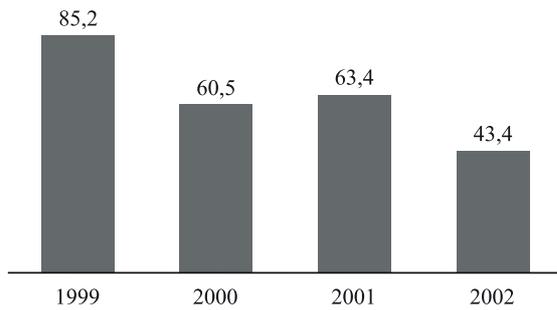
Fonte: Incra (2014). Elaboração própria.

Para Leite (1999), entretanto, o número crescente de assentamentos distribuídos entre 1995 e 1998, mostrado no gráfico 3, não se traduziu em reforma agrária:

Nesse sentido, uma análise de período mais recente não permite qualificar rigorosamente esse processo como reforma agrária. Na realidade trata-se de fazer um rápido balanço da *política de assentamentos*, que pontualmente e setorialmente, tem forçado o governo a dar respostas às ações desencadeadas pelos movimentos sociais, os mais diversos, num período de pelo menos quinze anos para cá, agindo, de certa forma, diferencialmente ao longo deste percurso temporário (LEITE, 1999, p. 170).

Leite (1999) fez uma comparação interessante e próxima dos objetivos dessa pesquisa quando, de passagem, “indexou” a quantidade de áreas direcionadas a assentamentos rurais do 1º governo FHC aos dados referentes ao avanço fundiário dos anos de modernização agrícola. Leite (1999) possuía um levantamento até o ano de 1998 sobre a quantidade de terras (em hectares) destinadas a projetos de assentamento de famílias sem terra disponibilizados pelo Incra. Mesmo reconhecendo a expansão dos projetos de assentamento, demonstrava insatisfação com os resultados efetivos do ritmo de expansão das áreas ocupadas pelos assentamentos rurais, e atenuou esses registros quando os comparou aos registros acerca do expansionismo fundiário da década de 1970. Segundo Leite (1999), nos anos 1970, foram transferidos 31,8 milhões de hectares do setor público para o setor privado, enquanto que no primeiro governo FHC (1995-1998) estava sendo transferida às famílias sem terra uma quantidade próxima de 29 milhões de hectares. Essas transferências atendiam a todas as iniciativas cabíveis às fórmulas de facilitação ao acesso a terras promovidas pelo governo: compra via crédito fundiário, concessão, titulação via reforma agrária, desapropriação, herança, usucapião e outras. Rediscutindo os cálculos, embora o número da quantidade de terras destinadas a assentamentos rurais atingidos no 1º governo FHC (1995-1998) estivesse próximo de compensar o estoque de terras acaparados durante o regime militar (1964-1985), não se igualou. A magnitude da expansão fundiária da modernização mostrava sua superioridade diante do ritmo da distribuição de terras em curso no final da década de 1990.

Gráfico 4 – Número de famílias assentadas (em mil) – 2º governo FHC – 1999 a 2002

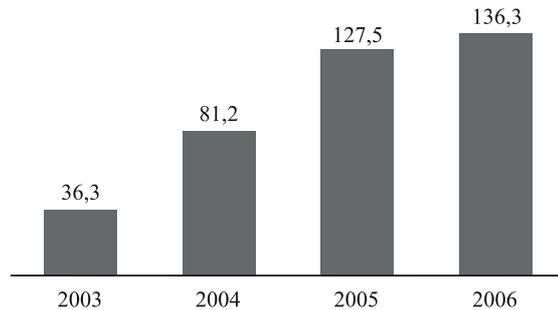


Fonte: Incra (2014). Elaboração própria.

No segundo governo FHC (1999-2002), conforme o gráfico 4, esse desempenho diminuiu de ritmo, pois a média de famílias assentadas caiu de 74 para 63 mil famílias/ano, queda de mais de 16%. Além da redução em termos absolutos, o período apresentou comportamento instável, com oscilações bruscas de um para o outro ano, como aconteceu para os anos de 2001 para 2002, quando o número de famílias assentadas diminuiu de 63,4 mil para 43,4 mil, ou seja, um declínio de aproximadamente 20 mil famílias. Chama a atenção o último ano do segundo mandato de FHC, no qual o número de famílias assentadas retornou ao patamar de 1995.

O primeiro governo Lula acenou para os movimentos sociais empenhados na luta pela terra a possibilidade de, finalmente, realizar uma reforma agrária massiva e capaz de dar início à reversão da concentrada estrutura fundiária brasileira. Para evocar esses objetivos, sua política de reforma agrária tomou de empréstimo o nome que inspirou, no contexto da redemocratização brasileira, a reforma agrária. Assim batizou-a de II PNRA. O resultado de tal política pode ser observado no gráfico 5. Nele observa-se um paulatino aumento do número de famílias assentadas, que partiu de pouco mais de 36 mil famílias para cerca de 136.000, um número quase quatro vezes maior. Esse número de famílias assentadas durante o ano de 2006 foi superior ao que já havia sido então verificado anteriormente, quando o número de assentados tinha atingido a marca de 101.000 no ano de 1998 (INCRA, 2014).

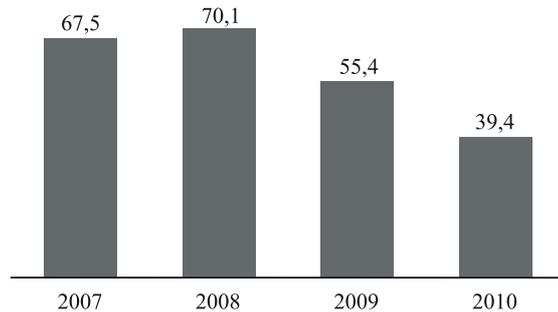
Gráfico 5 – Número de famílias assentadas (em mil) – 1º governo Lula – 2003 a 2006



Fonte: Incra (2014). Elaboração própria.

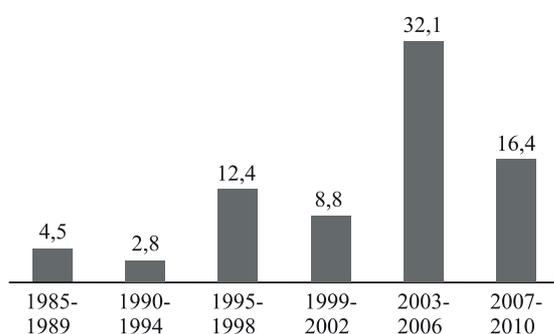
Já no segundo governo Lula (2007-2010), o processo de distribuição de assentamentos reduziu de ritmo, contrastando como que ocorreu em seu primeiro governo (2003-2006). Conforme pode ser visto no gráfico 6, o número de famílias assentadas começou a declinar, passando de 67.500 em 2007 para 39.400 em 2010.

Gráfico 6 – Número de famílias assentadas (em mil) – 2º governo Lula – 2007 a 2010



Fonte: Incra (2014). Elaboração própria.

Gráfico 7 – Evolução da área destinada à reforma agrária (em milhões de ha) – Brasil – 1985 a 2010



Fonte: Aued, 1991 apud GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.119; INCRA, 2014 apud DIEESE, 2011, p. 157; NERA, 1999, p. 16. Elaboração própria.

O número das áreas destinadas aos projetos de assentamentos apontados também pode ser contabilizado. Como evidencia o gráfico 7, de 1985 até 2010, é possível medir os esforços dos respectivos governos do período democrático - Governo Sarney (1985 – 1989) ao segundo governo Lula (2006 - 2010) - através do seguinte balanço (AUED, 1991 apud GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.119; INCRA, 2014 apud DIEESE, 2011, p.157; NERA, 1999)²: 77,8 milhões de hectares de terras alocados em projetos de assentamentos do governo federal. Esse é o saldo da política de reforma agrária correspondente ao período democrático brasileiro, delimitando-a ao final do segundo governo Lula, em 2010. Ou seja, algo ligeiramente maior que três milhões de hectares por ano.

4 Uma explicação à permanência da estável concentração fundiária

Era de se esperar que o ritmo de mais de três milhões de hectares de terra distribuídos por ano³ (AUED, 1991 apud GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.119; INCRA, 2014 apud DIEESE, 2011,

2 Para se chegar ao valor aproximado de 77,8 milhões de hectares, o estudo baseou-se nos seguintes critérios: 1) dados coletados por períodos de tempo: 4,5 mi de ha entre 1985 e 1989 (AUED, 1991 apud GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.119); 3,6 mi de ha entre 1990 e 1994 (NERA, 1999); 59,7 mi de ha entre 1995 e 2010 (INCRA, 2014 apud DIEESE, 2011, p.157). 2) Soma desses valores: (4,5 + 3,6 + 59,7)=77,8 mi de hectares.

3 Contabilizado o total de terras distribuídas - 77,8 milhões de hectares -, dividido pelo número de anos - vinte e cinco anos - do I PNRA em 1985 ao final do segundo governo Lula em 2010, ou seja, (77,8 mi/25 anos)=3,08 mi de ha ao ano.

p.157; NERA, 1999) por meio das vigentes e anteriores políticas agrárias tivesse algum impacto positivo sobre a concentração da posse da terra no Brasil, fazendo-a diminuir de maneira considerável. No entanto, os indicadores disponíveis sobre a concentração fundiária no Brasil (HOFFMANN; NEY, 2010) mostram um quadro aparentemente paradoxal, afinal de contas, a concentração de terras permaneceu praticamente estável. O índice de Gini fundiário⁴, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 e de anos anteriores, evoluiu no seguinte ritmo: 0,858 em 1985; 0,857 em 1995 e 0,856 em 2006 (IBGE, 2006, apud HOFFMANN; NEY, 2010, p. 20).

A avaliação dos resultados obtidos pela política de reforma agrária após o I PNRA (isto é, entre 1990-2010) é controversa, sendo predominante aquela que enfatiza a timidez e o acanhamento de tal política no que diz respeito aos objetivos de: 1) assentar número expressivo de famílias; 2) alocar-lhes volume adequado de terra. Apesar disso, Leite (1999, p. 174) classificou o alcance do número de famílias assentadas do 1º governo FHC (1995-1998), que atingiu seu ápice de 101.094 famílias atendidas no ano de 1998, como “expressivo”. Mais tarde, Stédile (2011) também não hesitaria em exaltar, com ressalvas, as metas alcançadas no 1º governo Lula (2003-2006) na execução do II PNRA, quando foi obtido um novo recorde no número de famílias assentadas num único ano: 136,3 mil famílias no ano de 2006. Contabilizando os últimos três decênios da realidade fundiária brasileira, Stédile (2011, p. 69) admitiu: “à primeira vista, o número de assentamentos e famílias assentadas nos últimos trinta anos impressiona”.

O impasse maior identificado por Monte (2013), assim como por Leite (1999) e Stédile (2011), não residia na política fundiária em si, suficientemente capitalizada e estruturada, mas no seu impacto, que se apresentava insuficiente. A inconsistência do alcance desejado da política distributiva de terra praticada nos últimos anos, principalmente no que se refere aos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), deveu-se em parte ao uso acanhado da desapropriação de terras. A desapropriação de terras, quando execu-

4 O dado mais importante desse último Censo Agropecuário trata da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil, desigualdade essa que é medida através do índice de Gini. Esse índice varia entre 0 e 1. Zero significa igualdade absoluta, e um, significa desigualdade absoluta.

tada pelo governo de maneira mais ampla e em quantidade realmente significativa, levaria de fato a uma efetiva reestruturação fundiária dentro do território brasileiro (LEITE, 1999; MONTE, 2013; STÉDILE, 2011). Obviamente, contingências políticas devem compor a explicação desse fato, em especial a capacidade dos setores proprietários de terras bloquearem a realização massiva da reforma agrária.

A crítica de Monte (2013) se sustenta no conflito das contabilidades do Incra. Ele confronta dados agregados, publicados regularmente pelo

Incra e expostos na tabela 1, com os dados internos e mais restritos, também de responsabilidade do mesmo órgão, mostrados na tabela 2. Este conjunto de dados mais refinados é comparado aos dados genéricos divulgados anualmente, ambos de mesma origem. Adotando este parâmetro, Monte (2013) chega a novas conclusões. Nesse novo rearranjo de dados, não se consideram todos os projetos de assentamentos rurais, mas somente aqueles que estão sob a responsabilidade direta do Incra (tabela 2).

Tabela 1 – Todas as modalidades de assentamentos rurais no Brasil de 2003 a 2010

Mandatos	Período	Projetos criados Total	Famílias Assentadas Total	Área distribuída Total
Lula 1	2003-2006	2.332	290.876	32.037.879,74
Lula 2	2007-2010	1.094	86.076	14.840.828,11
Total	2003-2010	3.426	376.952	46.878.707,85

Fonte: Adaptado. Tipos de Projetos Criados e o número de Famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária – Sistema: SIPRA/SDM – Relatório: Rel_0228; Data de acesso ao sistema: 20/10/2010. Elaboração: Monte 2013 (p. 51).

De acordo com a tabela 1, o primeiro governo Lula (2003-2006) distribuiu 32.037.879,74 hectares de terras, e o segundo governo (2007-2010) distribuiu 14.840.828,11 hectares de terras. Entretanto, a tabela 2, elaborada por Monte (2013), questiona o significado daqueles dados, porque

apresenta apenas aqueles assentamentos que resultaram de desapropriação por interesse social, o tipo de intervenção fundiária que realmente pode produzir alteração na estrutura de propriedade e posse da terra no Brasil.

Tabela 2 – Assentamentos rurais considerando os Assentamentos Federais (1) no Brasil de 2003 a 2010

Mandatos	Período	Projetos criados Total	Famílias Assentadas Total	Área distribuída Total
Lula 1	2003-2006	2.332	290.876	32.037.879,74
Lula 2	2007-2010	1.094	86.076	14.840.828,11
Total	2003-2010	3.426	376.952	46.878.707,85

Fonte: Adaptado. Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reformar Agrária - Sistema: SIPRA/SDM - Relatório: Rel_0228; Data de acesso ao sistema: 20/10/2010. Elaboração: Monte, 2013 (p. 52).

(1) Para o cômputo dos dados sistematizados na tabela, foram considerados os projetos de Assentamentos Federais, objeto de intervenção fundiária direta e criação por portaria da autoridade competente do INCRA.

Aliás, a desapropriação por interesse social foi o principal foco das críticas nas gestões fundiária de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). Stédile (2011) e Monte (2013) entendem que assentamentos rurais têm de envolver desapropriações, pois só assim se combaterá o latifúndio improdutivo e as demandas das famílias sem terra serão atendidas.

Embora reconhecendo que nos últimos anos uma quantidade significativa de famílias sem terra puderam obter assentamentos através de suas lutas sociais, pressionando as políticas fundiárias dos governos que se sucederam a partir da Nova República, Stédile (2011, p. 69) aponta um erro persistente nas medidas executadas (MONTE, 2013) até

então, que ocorre quando o governo distribui terras públicas em demasia e não confere o mesmo peso às desapropriações de terras particulares.

Stédile (2011) levanta essa afirmação com dados que indicam que 50% das terras públicas pertencentes à União e Estados localizam-se na Amazônia Legal, que engloba os estados do Amazonas, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Tocantins. Na versão dos especialistas, as terras dessas regiões são impróprias para atividades agrícolas devido a falta de consistência dos solos. Além disso, são áreas carentes de infraestrutura básica, e não possuem ruas asfaltadas, escola e postos de saúde. Um assentamento em lugares como esses tem vida curta por causa dos altos custos de implantação e manutenção, à distância dos mercados e a precariedade dos serviços públicos. O governo, na ver-

dade, quando direciona famílias a essas regiões do País não promove reforma agrária, mas políticas de colonização.

A tabela 3 traz um levantamento sobre as formas com as quais são obtidos os assentamentos rurais no Brasil, do período que vai de 1985 até 2009. A desapropriação, fórmula de obtenção de terras mais debatida por Leite (1999), Stédile (2011) e Monte (2013), é contabilizada no relatório publicado pelo NERA (2013). Como os três autores haviam mencionado, pode-se observar que da área (em hectares) disponibilizada a projetos de reforma agrária iniciada no ano de 1985, 29,31% deste total de terras se constituíram em desapropriação, ou seja, dos 60.745.100 hectares de terras inseridos nas áreas para assentamentos rurais, 17.803.800 foram passíveis de desapropriação.

Tabela 3 – Política de obtenção dos assentamentos rurais no Brasil de 1985-2009

Políticas de Obtenção	Assentamentos	%	Famílias	%	Área (ha)	%
Adjudicação	29	0,4	641	0,1	20.022	0,03
Arrecadação	312	3,9	79.372	9,4	6.870.193	11,31
Cessão	27	0,3	4.805	0,6	37.786	0,06
Compra	483	6,1	45.554	5,4	1.231.898	2,03
Confisco	31	0,4	425	0,1	14.377	0,02
Desapropriação	5.103	64,6	492.587	58,3	17.803.800	29,31
Discriminação	33	0,4	9.169	1,1	629.757	1,04
Doação	128	1,6	11.155	1,3	417.770	0,69
Incorporação	5	0,1	1.103	0,1	35.040	0,06
Reconhecimento	1.362	17,2	136.648	16,1	30.516.110	50,24
Reversão de domínio	16	0,2	1.321	0,2	45.606	0,08
Transferência	68	0,9	4.715	0,6	218.802	0,36
Não informado ¹	306	3,9	57.913	6,9	2.903.945	4,78
Total	7.903	100	845.218	100	60.745.106	100

Fonte: Dataluta/Unesp (2010). Elaboração: Rafael de O. Coelho dos Santos. Apud Stédile (2011, p.71).

1 Dados de assentamentos cuja forma de obtenção não foi especificada pelos institutos oficiais responsáveis.

2 Cabe referência aqui a uma forma de obtenção de assentamento ignorada pelo Nera. Trata-se da dação, que está fundamentada na Instrução Normativa do Incra nº 02, de 20 de março de 2001 e pela Norma de Execução nº 37, de 30 de março de 2004, que definem procedimentos para criação de assentamentos em áreas obtidas através de processo de dação em pagamento.

Conforme foi visto no início, o período de modernização agrícola favoreceu a expansão da grande propriedade a ponto de permitir o avanço incontrollável das fronteiras agrícolas. A área agriculturável cresceu num patamar intenso, num ritmo comparado à expansão do latifúndio dos tempos do Brasil colonial, e que Furtado (1972) chamava de “acaparação de terras”. A acaparação fundiária foi reestabelecida com a implantação das políticas agrárias e agrícolas modernizadores exe-

cutadas por um governo ditatorial que forçava um crescimento agrícola a qualquer custo, mesmo que isso gerasse crise social no campo.

Esse crescimento da área dos estabelecimentos rurais, ao ser confrontado com os recentes efeitos das políticas governamentais de distribuição de terras visando à redução da concentração fundiária, requer uma análise crítica. A tabela 4 evidencia essa comparação:

Tabela 4 – Confronto entre o ritmo de crescimento da área total dos estabelecimentos rurais (1960 - 1985) e o ritmo de crescimento da área destinada a assentamentos rurais (1985 - 2010) no Brasil de 1960 – 2010

	Quantidade de terras (em milhões de hectares) incorporadas pelos estabelecimentos rurais, por publicações dos Censos Agrícolas		Quantidade de terras (em milhões de hectares) incorporadas a projetos de assentamentos rurais, por governos
1960-1970	44,2	Sarney (1985-1989)	4,5
1970-1975	29,7	Collor e Itamar (1990-1994)	2,8
1975-1980	40,9	FHC (1995-2002)	21,2
1980-1985	10,0	Lula (2003-2010)	48,5
Total	124,8	Total	77,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários; NERA (2013). Elaboração própria.

Os dados da tabela 4 indicam o grau da intensidade da expansão da área total dos estabelecimentos rurais entre 1960 e 1985, que agregou 124 milhões de hectares ao estoque de terras dos antigos estabelecimentos rurais. O período de auge desse processo correspondeu à década de 1970, quando foram incorporados mais de 70 milhões de hectares. É de se supor, conforme a análise realizada no item 2, que a maioria dessa área foi apropriada pelo grande capital agropecuário beneficiário das políticas agrícolas e agrárias dos anos da ditadura militar. O quadro mostra, ainda, que no início dos anos 1980, o processo de acaparação de terras parece diminuir de ritmo, pois entre 1980-85 “apenas” 10 milhões de hectares foram incorporados à

área total dos estabelecimentos rurais.

De outro lado, após 1985, e em razão das políticas de reforma agrária, cerca de 77 milhões de hectares foram distribuídos aos assentados no período 1985-2010. Ainda que se desconte desse montante os assentamentos resultantes de regularização fundiária (cerca de 30 milhões de hectares), o saldo (47 milhões de hectares) ainda impressiona. No entanto, esse resultado somente poderia ter efeitos distributivos se tivesse fim ou fosse bastante amenizada a tendência à “acaparação de terras” em favor da grande propriedade após 1985. A tabela 5 procura verificar o que aconteceu com a área total e por estratos dos estabelecimentos rurais no Brasil entre 1985-2006.

Tabela 5 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área no Brasil de 1985 a 2006

Estratos de área	Áreas de estabelecimentos rurais – em hectares		
	1985	1996	2006
Total	374.924.421	353.611.246	329.941.393
- 10 ha	9.986.637	7.882.194	7.798.607
De 10 a menos de 100	69.565.161	62.693.585	62.893.091
De 100 a menos de 1000	131.432.667	123.541.517	111.696.478
1000 há e mais	163.940.667	159.493.949	146.553.218

Fonte: Censo Agropecuário 2006. IBGE, 2006 (Tabela 9, p.107).

A tabela 5 mostra que após 1985, quando amadureceu a nova estrutura da agropecuária brasileira assentada na empresa agroindustrial modernizada, tem início um processo de redução da área dos estabelecimentos rurais. De fato, entre 1985 e 2006, a área total dos estabelecimentos rurais diminuiu em 44 milhões de hectares. Em termos absolutos e relativos, todos os estratos de área perderam participação, em especial os estratos com menos de

10 hectares (redução de aproximadamente 22% de área) e de 100 a menos de 1000 hectares (redução de aproximadamente 17% de área). O estrato de área de 10 a menos de 100, após queda de cerca de 10% entre 1985 e 1996, conservou em 2006, com ligeira melhora, a área dos estabelecimentos rurais. Nem mesmo a grande propriedade com mais de 1000 hectares passou incólume, tendo perdido, no período cerca de 12% da sua área total de es-

tabelecimentos rurais. Em termos absolutos, ela recuou em 17 milhões de hectares.

Por que a despeito desses movimentos favoráveis à desconcentração fundiária, os índices de Gini ainda acusam um elevado nível de concentração de terras? Além do fato de que os dados utilizados para seu cálculo sejam aqueles coletados pelo Censo Agropecuário em 2005 e publicados em 2006, portanto com uma defasagem de 10 anos, o ponto de vista defendido nesse trabalho afirma que a defasagem entre o processo intenso de acaparação de terras em favor da grande propriedade modernizada das décadas de 1970 e meados de 1980 não foi ainda plenamente compensado pelos movimentos contrários de distribuição de terras via Reforma Agrária e de intensificação do progresso técnico na agropecuária, com ganhos gerais de produtividade. Entre um e outro movimento sobressaem os efeitos de inércia da grande acaparação de terras ocorrida nos anos 1970, paradoxalmente, o período em que tem início a atualização tecnológica da agropecuária brasileira.

5 Conclusão

O artigo mostrou que a concentração fundiária aumentou no período de modernização da agropecuária brasileira. Naquele momento, a estrutura produtiva da agropecuária brasileira mudou radicalmente, tendo como protagonista o Estado e suas políticas setoriais. A emergência dos Complexos Agroindustriais (CAIs) foi simétrica ao processo socialmente regressivo que vitimou os agricultores e trabalhadores rurais, retirando-lhes direitos e terras. Apesar da modernização da agropecuária, os ganhos de produtividade não impediram que fosse conservado, e mesmo ampliado, o expansionismo fundiário tão característico de nossa tradição agrária. De fato, entre 1970 e 1985 foram incorporados ao estoque de terras existente mais de 125 milhões de hectares de terra por parte dos estabelecimentos rurais, parte das quais em detrimento de posseiros e pequenos proprietários rurais. Nesse período, a concentração fundiária, medida pelos índices de Gini, elevou-se bastante o que, nos estertores do regime militar, incentivou a demanda por Reforma Agrária no período da redemocratização.

Ao se analisar o período 1985-2010, em termos de materialização da Reforma Agrária, em

que pesem as relevantes críticas à sua limitada extensão, má localização dos empreendimentos, péssima qualidade das terras e dos equipamentos oferecidos aos assentados, ambiguidades na contabilidade de beneficiários, entre outras, o fato é que no referido período foram distribuídos mais de 77 milhões de hectares para mais de dois milhões e meio de assentados.

Ainda que fosse metade disso, esse volume de terras não seria trivial, ainda mais quando se tem em mente que – como resultado do processo de modernização que a partir de 1985 elevou a produtividade geral da agropecuária brasileira – a dinâmica de “acaparação de terras” pareceu dar sinais de estagnação e mesmo reversão. É desse modo que se devem interpretar os dados dos Censos Agropecuários, que mostram uma redução de cerca de 44 milhões de hectares de área dos estabelecimentos rurais no período 1985-2006 (a diferença entre os 374.924.421 milhões de hectares da área dos estabelecimentos rurais em 1985 e os 329.941.393 milhões da mesma área em 2006).

Esses dados apontavam para um aparente paradoxo: entre 1985-2010, o processo de “acaparação de terras” diminuiu (se não desapareceu), houve distribuição de terras em favor dos sem terra ou com pouca terra e, no entanto, os indicadores de concentração fundiária se mantiveram estáveis. Uma explicação oferecida nesse artigo chama a atenção para os efeitos de inércia (path dependence) associados aos processos de concentração e desconcentração fundiária. Em outras palavras, os efeitos da intensa “acaparação de terras” do período de modernização, que elevaram para patamares extremos a concentração fundiária não foram ainda compensados pelos efeitos opostos, de distribuição de terras (via políticas de Reforma Agrária) e de ganhos de produtividade (que reduziram a área total dos estabelecimentos rurais). Daí porque os índices de Gini de concentração fundiária permaneçam ainda elevados.

Se essa observação estiver correta, é possível que, se os próximos governos mantiverem uma política de Reforma Agrária nos mesmos padrões daqueles que vigoraram nos últimos 25 anos, será possível vislumbrar em médio prazo os primeiros sinais de movimentação dos indicadores de concentração fundiária. Só que dessa vez para baixo.

REFERENCIAS

- ARAÚJO, P. F. C. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 13, n.2, p.323-347, maio/agosto, 1983.
- AUED, B. Projeto nacional de reforma agrária: manipulação da esperança. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Campinas, v. 2, 29. 1991. **Anais ...**Brasília: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 1991. p.212-35.
- DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Editora Ícone/ Editora da Unicamp, 1985.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. São Paulo: NEAD e MDA, 2011. p.157. Disponível em: http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3. Acesso em: 16 ago. 2016.
- FERNANDES, B. M. Impactos Sócio territoriais da Luta pela Terra e a Questão da Reforma Agrária: uma Contribuição Crítica à Publicação A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, C. G. da; SPAROVEK, G. (Coord.). **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005, p. 113-132.
- FURTADO, C. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P.; VALDES, C. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos censos agropecuários. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. **A Agricultura brasileira: desempenho, desafio e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 19-44. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf. Acesso em: 22 ago. 2016.
- GIRARDI, E. P. A luta pela terra e sua conquista. **Atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm. Acesso em: 07 jun.2014.
- GOMES DA SILVA, J. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. 2.ed. Alagoas:Edufal, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In: GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998. Cap4, P. 105-147.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, Â. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1996. p. 1-40.
- HOFFMANN, R.; NEY, M. G.. **Estrutura Fundiária e Propriedade Agrícola no Brasil: Grandes regiões e unidades de federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos agrícolas de 1950 e de 1960**. Rio de Janeiro, 1950, 1960.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985**. Rio de Janeiro, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006. Rio de Janeiro, 2006**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 30 set. 2016.
- INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. I Plano Nacional de Reforma Agrária. Decreto nº 91.766, 10 de outubro de 1985. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria>. Acesso em: 25 out. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**

de trabalhadores (as) rurais – Números oficiais. Execução anual – famílias. Vários anos. Atualizado em 31 de dezembro de 2014. Brasília, DF. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/familias_assentadas_serie_historica_incra_mar_2014.pdf. Acesso em: 18 ago. 2016.

LEITE, S. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 153-180.

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Ouro Preto: III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos, 1984. p. 1015-1047.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, L. S. de. **História e atualidade da luta pela terra:** Brasil Urgente. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MONTE, F. C. D. **O INCRA e a política de assentamentos rurais:** um estudo sobre os processos políticos e administrativos de ação pública. 2013. 234f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA.

Relatório DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra – Relatório Brasil 2012. Presidente Prudente. NERA. 2013.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA.

Relatório preliminar do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Presidente Prudente, 1999. p.16: Tabela 5. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1481/1457>. Acesso em: 17 ago. 2016.

REYDON, B. P. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. IN: Ramos, P. (Org.) Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: NEAD, 2007, pp.226-262.

SAUER, S. “Reforma Agrária de mercado no Brasil”: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 98-126, abr. 2010.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

STÉDILE, J. P. Introdução. **Questão Agrária no Brasil.** Espaço & Debate. 11ªed. Editora Atual. São Paulo, 2011.